

**SOLIDARITY FOR
AFRICAN WOMEN'S RIGHTS**

A force for freedom



**MOUVEMENT DE SOLIDARITÉ
POUR LES DROITS
DES FEMMES AFRICAINES**

Une force pour la liberté

ABRIL—JULHO 2010

EDIÇÃO PORTUGUESA

CONSULTA DE CSO SOBRE A MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL

A 15^a secção ordinária da Assembleia da União Africana em Kampala, Uganda, de 19 a 27 de Junho vai deliberar as questões de saúde materna e infantil em África. Isto está relacionado a campanha lançada pela UA em 2009 sobre a redução da mortalidade infantil em África (CARMMA) “com o slogan” África Cuida: Nenhuma mulher deve morrer enquanto está a dar luz.” Com o interesse de querer desenvolver mais este tema, a FEMNET, em nome da SOAWR, e em parceria com ABANTU para o desenvolvimento, Akina Mama wa África (AMWA), Aliança Ipas África, IPPF Região Africana, a campanha do milénio das Nações Unidas, Save the Children internacional, e o departamento da União Africana para os Assuntos sociais e com apoio logístico do Gabinete Oxfam liaison com a UA, organizaram uma consulta de especialistas na sociedade civil com o tema “Acelerando os objectivos do milénio através da redução acelerada da mortalidade materna e infantil em África.”

A consulta de CSO, que tomou lugar em Addis Ababa de 17-18 de Abril de 2010 foi realizado de acordo com o plano estratégico da SOAWR (2010-2013) prioridade estratégico 3: Dar impulso a acção de promover a integridade e dignidade do corpo da mulher (proteção contra a violência e apoio aos direitos da saúde sexual e reprodutiva). O objectivo era para discutir e concordar sobre as questões muito importantes que devem ser abordadas durante a reunião dos peritos da UA para dar peso as acções que vão orientar as políticas e acções dos estados membros sobre a saúde maternal, infantil e criança e a saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos (SRHR) de acordo com o Protocolo dos direitos da mulher nos próximos cinco anos.

CSOs aproveitaram a oportunidade dada pela UA para exigir a implementação completa do Protocolo em conformidade com a Carta Africana dos direitos humanos e povo, directos dos Direitos da mulher em África (2003) e o Plano de Acção da União Africana de Maputo (PoA) para a Saúde reprodutiva e sexual e Direitos (2007-2010) para reduzir a mortalidade materna e promover a saúde sexual e reprodutiva e direitos em África e também criar uma consciência entre os cidadãos Africanos para conhecerem o nível de compromisso dos seus governos na UA, para que possam exigir mais acções concretas ao nível nacional. Os participantes da conferência fizeram a revisão do progresso de implementação do Plano de Acção de Maputo PoA, baseando nos resultados do questionário da UA que foi enviado aos estados membros em 2009-2010 e partilharam as lições aprendidas e boas práticas. As recomendações feitas pelos CSOs aos estados membros da UA incluem:

- Priorizar as necessidades dos adolescentes e raparigas através de criação de políticas, programas e directrizes para reduzir o impacto do aborto inseguro,
- Providenciar uma educação sexual compreensiva e serviços de saúde sexual e reprodutiva para os adolescentes,
- Promover acesso aos preservativos e serviços de saúde sexual e reprodutiva para ambos homens e mulheres incluindo o planeamento familiar como um desenvolvimento prioritário incluindo os condoms de homens e mulheres assim como preservativos de emergência, com uma grande involvimento de jovens baseado numa abordagem culturalmente sensitiva, mobilização da comunidade e o engajamento do homem,
- Alargar os horizontes do aborto legal por abolir as existentes leis que criminalizam o aborto e o acesso deve ser implementado

segundo os criterios permitidos pelas leis existentes.

- Garantir uma cobertura compreensiva da expansão dos cuidados e serviços de aborto seguro,
- Treinar o pessoal da saúde ao nível medio, especialmente parteiras, o pessoal qualificado em serviços de parto e enfermeiras da comunidade que poderão servir nas regiões remotas por trabalhar com as comunidades pobres na emergência obstetricia e cuidados dos recém-nascidos, nutrição adequada, cuidados para as mães e recém-nascidos depois do parto,
- Aumentar os recursos destinados a saúde para alcançar o minimo de 15 por cento aprovado pelos líderes Africanos em Abuja com 4% dos 15% que irão para as intervenções da saúde materna e reprodutiva e abordar as questões de aborto inseguro nos orçamentos nacionais e sistemas de saúde;
- Notificação das mortalidades maternas e infantis;
- Desenvolver e fortalecer monitoria, avaliação e sistemas de informação sobre SRH e a saúde da criança focalizando em coleção de dados na degregação do sexo, produção, análises e disseminação.
- Como resultado dum lobbying intensivo na reunião dos peritos da UA utilizando o comunicué de CSO, várias recomendações formuladas pela consulta dos especialistas de CSO ligado a financiamento, monitoria e avaliação de implementação do Plano de Acção de Maputo PoA, foram integrados no documento final da UA que foi apresentado aos Ministros de Saúde em Junho de 2010 e será discutido na Cimeira da UA em julho de 2010.

PROXIMO EVENTOS

- * Cimeira da União Africa, 19 a 20 de Julho, 2010 Kampala, Uganda com o tema “a Saúde Materna, Infantil e da criança e desenvolvimento em Africa.” Para mais informação por favor visite www.africa-union.org
- * Conferência Regional sobre “o Papel da Comissão Africana na Promoção e Protecção dos Direitos da Mulher, Bamako, Malí, 13-15 de Julho, 2010.
- Reunião de dois dias dos parceiros da sociedade civil organizado por POWA com o objectivo de analisar as implicações das directrizes da UA de reportagem do Protocolo que foi adotado pela Comissão Africana na 47^a sessão ordinária na Gambia e a resolução de ACHPR sobre a criação dum Comité de Protecção das Pessoas Vivendo com HIV e aqueles que em Risco, Vulneraveis e Afectados pelo HIV.
- * 13 de Julho celebração do Dia Internacional de Justiça.
- * Lançamento de Decada da Mulher Africana 2010-2020, em Nairobi, Quénia, Outubro 2010.
- * Conferência Intercional sobre “Africa e o future da Justiça Criminal Intercional” 14-16 Julho 2010, Jo-Burg, Africa do Sul
- * Dia Internacional de SIDA dia um de Dezembro, o Tema é Sobre “Acesso Universal e Direitos Humanos”

DENTRO DISSO

CONSULTA DE CSO SOBRE A MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL	1
NA MEDIA	2
PARCEIROS DE WRAPA E LACVAW CELEBRAM O CÚMULO DE ADVOCACIA DO PROJECTO DA LEI GBV NA NIGERIA	3
LEVANTANDO A SUA VOZ	3
MEMBROS DA SOAWR CELEBRAM O COMPROMISSO DE UGANDA DE RATIFICAR ANTES DA CIMEIRA	4
ESTATUTO DE RATIFICAÇÃO & MEMBROS	5

SOAWR MEMBROS FAZEM A CORTESIA DE CHAMAR O VICE PRESIDENTE DE GAMBIA.

ACDHRS facilitou a reunião entre do pessoal de Equqlity Now em nome da SOAWR a Vice Presidente da República de Gambia Sua Excelência Dr. Isatou Nie-Saidy que é também a Secretária dos Assuntos das Mulheres. A delegação falou com a vice presidente e outros oficiais do governo que estavam presentes o e interesse do governo de experimentar o modelo de plano de trabalho multi-sectorial da UNIFEM para implementar as suas obrigações sobre o protocolo. O plano de trabalho, é um instrumento para acelerar a implementação das provisões do protocolo, foi apresentado aos estados membros da UA que participaram na reunião dos “Parceiros sobre a Domesticação do Protocolo” que tomou lugar no ano passado em Kigali (Rwanda).

A Gambia foi um dos governos participantes e tinha se expressado o interesse de implimentar o modelo. Como meio de domesticar as provisões do Protocolo e CEDAW o governo também passou a Lei da Mulher e acolheu a aplicação



Da esquerda: Carolina Muthoni (Equality Now); Hannah Foster (ACDHRS); Hon.Haddy Nyang Jagne, um membro da Assembleia do Gabinete Nacional e presidente do ECOWAS Associação do Parlamento da Mulher (ECOFEPA); Anne Mitaru (Equality Now); e Adama Cooper(ACDHRS).

do plano de trabalho. A equipa também encontrou-se com os representantes do Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD-Gambia) sobre o mesmo assunto e confirmou a sua ajuda para a aplicação do plano de trabalho na promoção dos direitos da mulher.

- NA MEDIA -

Quênia- COVAW-K popularizou o Protocolo através dos meios de comunicação por realçar assuntos importantes do Protocolo no “chama”, um programa dos assuntos da mulher que é transmitido na radio cidadendao nos domingos.

Liberia- WOLPNET tem fortificado sua parceria com uma estação da radio abrangendo acerca de 65% do país com uma ampla extensão de ouvintes. Nos programas da semana “This government thing”, que é acolhido pela UNMIL- Missão das Nações Unidas, o Protocolo foi referido como um instrumento legal que poderia ser usado na solicitação de acção afirmativa para garantir os 50% da representação da mulher no processo político.

O secretariado das Organizações Não-Governamentais das Mulheres de Libéria (WONGOSOL) estabeleceu uma coligação da media e aumentou a difusão de “radio shows” sobre o Protocolo eos direitos da mulher.

Nigeria-O projecto da WRAPA de Acção Afirmativa e Género (GAA) WRAPA produziu um documentário teatral de três fases titulado. “Mulheres na política em Nigeria” que foi apresentado no evento de troca de lições da coligação das mudanças (C4C). O documentário teatral está agora disponível para disseminação.

Tanzania-O centro Legal e dos direitos humanos (LHRC) continua focalizando a disseminação de mensagens através da medida e a propagação continua do Protocolo na TV e o programa da TV sobre o abuso verbal e psicológico contra as mulheres com a referência das provisões do Protocolo.

POPULARIZANDO O PROTOCOLO ATRAVÉS DA RADIO TEATRO NO QUÊNIA

Em Maio de 2010, FEMNET coordenou a difusão de Teatro nas ruas usando ambas línguas Inglês e Swahili depois de treinarem os produtores e presentadores da radio, assim como oito grupos de comunidades escutadoras de várias zonas rurais e urbanas no Quênia (Isiolo, Garissa, Wajir, Kwale, Malindi, Kisumu, Naivasha and Nairobi). O teatro nas ruas tem seis episodios e faz parte da popularização do protocolo sobre os direitos da mulher em África. Cada episodio carrega palavras chaves dos direitos da mulher contidos nas provisões do protocolo tal como direito a paz, religião e liberdade de violência, casamento, divórcio, participação política, educação e saúde reprodutiva e HIV/SIDA. Por seis sábados consecutivos o teatro foi defundido na radio nacional de Quênia (KBC). Com a discussão de membros especialistas oriundos de FEMNET, SOAWR (Equality Now, COVAW, FIDA-Kenya) e outros parceiros no Quênia, respondendo as perguntas e comentários dos ouvintes. O teatro providenciou uma plataforma para discutir as provisões do protocolo e é intencionado para aumentar o conhecimento do público e suportar o protocolo, a sua ratificação e implementação completa no Quênia.

Atraves desta iniciativa, FEMNET treinou 20 homens e mulheres líderes comunitários e presentadores e produtores da radio sobre o Protocolo. A transmissão atingiu o alvo de 180 participantes comunitários e centenas de milhares de ouvintes. KBC expressou a sua disponibilidade de dar FEMNET espaço de difusão gratuita e as negociações estão em progresso.

SISTER NAMIBIA CRIA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE PROTOCOLO

Em Abril e Junho de 2010, a irmã realizou um workshop no Norte da Namibia (em ongwediva, onde sister Namibia abriu um S escritório satélite) de como usar os instrumentos internacionais de direitos incluindo o Protocolo da UA. A chefe responsavel, Justina Shivolo presidiu o workshop que intencionou dar os participantes uma melhor percepção do Protocolo da AU e sua função de salvaguardar os direitos da mulher em Namibia.

Os participantes estavam interessados em se envolver na expansão da palavra acerca do Protocolo da UA e do Protocolo da SADC no norte de Namibia.

Também a Senhora Shivolo da sister Namibia, organizou um workshop onde ela treinou 20 mulheres em como usar o Protocolo da UA para advogar pelo os direitos da mulher nas suas vidas privadas e nos seus lugares de trabalhos. As mulheres mostraram confiança em citar os Protocolos da UA e SADC e usando lhes na advocacia diária dos direitos. A organização continua a dar enfase as questões dos direitos da mulher através da revista sister Namibia. Histórias publicadas na sister Namibia são usados para ilustrar boas oportunidades para advocacia usando os Protocolos da UA e da SADC. Para o futuro Sister Namibia planea levar acabo grupos focais de discussões com recipientes da revista de Junho-Julho.

LEVANTANDO A SUA VOZ

PARCEIROS DA WRAPA E LACVAW CELEBRAM O CÚMULO DE ADVOCACIA DA LEI DE GBV NA NIGÉRIA

PARCEIROS DA WRAPA E LACVAW CELEBRAM O CÚMULO DE ADVOCACIA DA LEI DE GBV NA NIGÉRIA

A Alternativa de protecção dos direitos e do avanço das mulheres (WRAPA) coordena a coligação legislativa de advocacia sobre a violência contra mulheres (LACVAW), uma rede de trabalho com cerca de 55 grupos da sociedade civil, organizações religiosas, grupos internacionais de direitos humanos e outros parceiros que trabalham em diferentes áreas dos direitos da mulher.

Desde a sua inserção em 2002 a actividade chave da coligação foi a produção duma Lei universal da violência contra a mulher, em resposta dum grande problema sempre ignorado da violência contra as mulheres e raparigas na Nigéria. LACVAW, sobre auspícios do projeto RHV tem trabalhado na melhoria

de coordenação de maneiras a facilitar a passagem e implementação rápida da Lei.

O processo da passagem do projecto da Lei GBV é inclusivo porque organizações focalizadas nas questões de género, parceiros no desenvolvimento, instituições governamentais, a media assim como a legislativa combinaram os esforços. Coisas importantes que já foram atingidas incluem:

- Submissão do projecto da Lei na assembleia nacional
- Modificação e submissão do projecto da Lei como foi sugerido pela Assembleia Nacional
- Uma campanha estratégica de sensibilização para popularizar o projecto da Lei através de engajamento da media e a comunidade
- Desenvolver um compendio dos casos de GBV para servir como base de acção na advocacia
- Análises científicas qualitativas e quantitativas dos dados de GBV que serão produzidos e disseminados extensivamente
- Criar uma pagina no Facebook para promover a consciencialização e aumentar

Elevando a sua voz (RHV) promove os direitos e as capacidades das mulheres pobres para empenharem-se efectivamente na governação em todos os níveis através do aumento da voz e influência e a responsabilidade institucional muito efectiva. O programa utiliza estratégias tais como a media, trabalho de comunicação, rede de trabalho, lobbying e advocacia, trabalhar com as instituições públicas e foros que formulam decisões, empoderando e capacitando as organizações da sociedade civil.

sustentabilidade do projecto da Lei um GBV

- Aprovação e propagação do projecto da Lei GBV pelos parceiros em desenvolvimento (Action Aid, UNICEF, UNFPA, UNFEM)

No dia 30 de Junho 2010 um outro grande progresso foi alcançado quando o projecto da Lei chamado “violência contra pessoas (proibido) projecto da Leico 2010” que foi aprovado na sua primeira apresentação na Camara de Representantes. Embora LACVAWestá celebrando este grande sucesso, a coligação continua a pedir todos parceiros para aumentar mais voz na campanha por engajarem-se nas actividades de lobbying e advocacia direccionados a dar pressão ao parlamento para garantir o projecto da Lei na presente legislativa.

POWA E ACDHRS CONVOCAM O PAINEL DE DISCUSSÃO SOBRE O PROTOCOLO

Durante o foro de ONGs precedente a 47 secção da Comissão Africana dos direitos humanos e pessoas que tomou lugar no dia 8- 10 de Maio 2010, em Banjul Gambia, a POWA- África do Sul e o Centro Africano para a Democracia e Estudos dos Direitos Humanos (ACDHRS) juntamente convocaram um painel de discussão sobre o potencial de usar o Protocolo na carta Africana dos Direitos da Mulher em África na abordagem do impacto de intersecção da violência contra as mulheres, HIV/ SIDA e pobreza da mulher em Africa. A discussão possibilitou a adocção (pelo foro de ONG) da resolução apelando pelo estabelecimento dum novo mecanismo um Rapporteur Especial sobre os direitos a saúde, especialmente ligado a intersecção da violência contra a mulher e HIV/ Sida. Alem disso, os participantes apelaram os governos Africanos para ratificarem o Protocolo e o estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos encoraja-los operacionalisar a Resolução das Nações Unidas 1325 sobre a mulher e paz e adotaram uma carta aberta ao presidente do Malí sobre o código da familia. Nesta carta expressou-se a preocupação acerca de não promulgação do novo código devido a decisão de 26 de Agosto de 2009 de devolver o projecto da Lei a Assembleia Nacional para a segunda revisão. No momento de adoção da resolução, a segunda revisão ainda não tinha sido realizado.

MEMBROS DA SOAWR PROMOVEM O PLANO DE TRABALHO MULT- SECTORIAL NA LIBÉRIA

En Junho, a directora de Equality Now de Nairobi juntou-se com os participantes do projecto RHV na Libéria (WOLPNET e WONGOSOL) para explorar o interesse do governo de experimentar o modelo do plano de trabalho multi-sectorial. Infelizmente foi num período em que a Ministra dos assuntos da mulher estava muito ocupada e a Sua Excelência Patrícia Kamara que dirigiu a delegação da Libéria na reunião de Kigali estava em missão de serviço nas províncias. A ministra não estava disponível. Contudo, a equipa encontrou-se com vários outros oficiais partindo do vice ministro dos assuntos interior, o líder principal do conselho tradicional, o comité legislativo da mulher, várias organizações da sociedade civil incluindo a associação das mulheres advogadas da Liberia e gestores nacionais da UNIFEM e partilharam todos o conceito do plano de trabalho multi-sectorial e as pessoas estavam muito interessado. O gestor

nacional da UNIFEM comprometeu-se em contactar a ministra dos assuntos da mulher para ter o seu ponto vista concernente a aplicação do modelo. A estrutura inter-ministerial já existe portanto incorporando o modelo na sua coordenação e implementação é viavel.



Faiza Mohamed (Equality Now)(no encontro) a Senadora e Presidente do Comité legislativo das mulheres da Libéria, Clarice Jah.

SOLIDARIEDADE PARA OS DIREITOS DA MULHER ÁFRICANA

WLSA PLANEJA OBTER ACÇÃO DO GOVERNO DURANTE A DÉCADA DA MULHER AFRICANA

Mulher e lei na região da África do Sul (WLSA) aposta na década da mulher 2010-2020 para influenciar o governo domesticar e implementar o Protocolo. Neste caso, no ano passado a WLSA conseguiu fazer um bom trabalho através de reuniões consultativas com ministérios relevantes do governo, deputados e organizações da sociedade civil. WLSA tem o objectivo de realizar o seguinte durante a década:

1. Com o senso de urgência, domesticar as provisões do Protocolo e outros instrumentos que protegem os direitos da mulher que ainda não foram implementados.
2. Aumentar a capacidade do ministério das finanças conernente as questões de orçamento do gênero para assegurar que as prioridades dos direitos da mulher sublinhandas no Protocolo e SDGEA são completamente financiadas.
3. Desenvolver e incluir indicadores sensitivos ao gênero e dados de sexo- desagregado dos direitos da mulher nas estatísticas nacionais,

Planos Nacionais de Desenvolvimento e Orçamentos Nacionais.

4. Criar a capacitação do mecanismo de gênero/Ministérios/pontos focais na aplicação da abordagem multi-sectoral na implementação dos compromissos dos direitos da mulher para poder coordenar a implementação e monitoria por todos os sectores do Governo.
5. Fortalecer a capacidade de coordenar a integração de análises e reportagem periódica da domesticação e implementação do Protocolo de acordo com a Carta Africana dos direitos humanos e pessoas (ACHPR) e SDGEA.
6. Por em lugar um mecanismo efectivo de monitoria para medir a implementação do Protocolo e SDGEA incluindo a adoção das melhores práticas na implementação dos direitos da mulher, tal como estabelecer contrato operacional de todos parceiros na abordagem multi-sectorial.

MEMBROS DA SOAWR CELEBRAM O COMPROMISSO DE UGANDA DE RETIFICAR ANTES DA CIMEIRA DA UA

Em Maio, a Equality Now facilitou e cordenou a visita dos membros da SOAWR (Equality Now, FEMNET, Oxfam GB, WOLPNENT e WRAPA) em apoio dos esforços da AMWA e outros membros da coligação dos direitos das mulheres de Uganda conseguir a ratificação do Protocolo pelo o governo Ugandês antes de acolherem a cimeira da União Africana em Junho de 2010. Durante os tres dias de visita a Kampala os membros da SOAWAR tiveram um encotro de consultação com os membros da coligação dos Direitos das Mulheres de Uganda para preparar uma estratégia de influenciar o governo de Uganda acelerar a sua ratificação e na reunião organizada pela coligação e o bureau Nacional da APRM que facilitou o diálogo com oficiais senior de três ministérios muito importantes (Justiça, Assuntos das Mulheres e dos Negócios Estrangeiros).

Esta abordagem de dois pontos: advocacia local e regional fez com que o governo declara-se o seu compromisso, em princípio, depositar o seu instrumento de de ratificação antes da cimeira da UA. No último dia da visita, os membros da SOAWR participaram numa entrevista da media convocada pela AMWA e contribuíram também na partilha de informações enfatizando o papel importante desempenhado pela media na sensibilização sobre dos direitos humanos da



Above: SOAWR members with the Chairman of the National APRM office and government officials after the successful conclusion of consultation on Uganda's ratification of the Protocol (May 2010).

Below:: Left—From left, Faiza Mohamed (Equality Now); Jane Mpagi, the Director of Gender in the Ugandan Ministry of Gender, Labour, and Social Development; and Una Thompson (WOLPNET). Right—Solome Nakaweesi-Kimbugwe (AMwA) during media briefing on SOAWR campaign in Uganda.



**SOLIDARITY FOR
AFRICAN WOMEN'S RIGHTS**

A force for freedom



**MOUVEMENT DE SOLIDARITÉ
POUR LES DROITS
DES FEMMES AFRICAINES**

Une force pour la liberté

Secretariado de SOAWR
c/o Equality Now
C.P.O.2018-00200
Nairobi, Kenya

Telefone: +254-20-2719832

Fax: +254-20-2719868

E-mail: info@soawr.org; www.soawr.org

A posição do Protocolo	Junho 2009	Junho 2010
O Total de Assinaturas	45	46
Retificações	27	27

Países que fazem parte do Protocolo

Angola, Benin , Burkina Faso, Camarões, Djibouti, República Democrática de Congo, Gambia, Ghana, Guiné Bissau, Lesotho, Libéria, Líbia, Malawi, Malí, Mauritania, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Seychelles, África do Sul, Tanzania Togo, Zambíia e Zimbabué.

**OS PARTICIPANTES DO WORKSHOP DE
UWONET SATISFEITOS COM AMWA
DOCUMENTÁRIO**

A coligação das mulheres de Uganda, UWONET organizou um workshop de aumentar a sensibilização em dois distritos, Kitgum e Pader entre 19- 21 de Maio de 2010. Os tinham como o grupo alvo os conselheiros locais, oficiais de desenvolvimento local e outros líderes da comunidade. Os diregentes do workshop mostraram aos participantes o documentário preparado por Akina Mama wa Africa (AMWA) reforçando sobre o debate anterior acerca do Protocolo. O documentário tinha como objectivo criar a sensibilidade da importância do Protocolo na vida diária das mulheres e a necessidade de ratificar o Protocolo. Os participantes informaram os organizadores que apreciaram a informação providenciada na apresentação e no documentário. Eles reivindicaram que isto seria a base nos seus trabalhos de sensibilizar os outros. Uma das dificuldades que encararam anteriormente era a falta de informações adequadas para expressar os seus argumentos acerca de marginalização das mulheres e advogar pela as mesmas oportunidades.

A solidariedade para os direitos da Mulher Africana (SOAWR) é uma coligação de 36 organizações da sociedade civil em todo o continente para assegurar o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e o povo, no que diz respeito aos Direitos da Mulher Africana continue na agenda dos formuladores das políticas e apelar todos líderes Africanos salvaguardarem os direitos das mulhres através de ratificação e implementação do Protocolo.

Memberos da Coligação

Aliança da Africa, Centro Africano para Democracia e Estudos de Direitos Humanos (ACDHRS), Fundo Africano de desenvolvimento das Mulheres (AWDF), As maes da Africa ,Associação de Juristas Malianas, Celula de Coordenação sobre as Praticas Tradicionais Afeitando a Saude das Mulheres e Crianças, BAOBAB de Direitos Humanos das Mulheres, Centro de Estudos de Justiça e Inovações (CJSI), Coligação Contra a Violencia as Mulheres, Coligação de Associações e ONGs Femininas de Burundi (CAFOB), Iniciativa de Apoio Sub-regional da Africa Oriental (EASSI), Equality Now-Escritorio Regional da Africa, FAHAMU, FAMEDEV- Rede das Mulheres Inter-Africana, Media, Genero e Desenvolvimento, Rede da Criança Feminina (GCN), FEMNET –Rede de Comunicação e Desenvolvimento das Mulheres Africanas , Federação das Mulheres Juristas (FIDA-Kenya), Comite Inter-Africana sobre as praticas tradicionais perigosas (IAC), Serviços de Leis e Direitos Humanos (HURILAWS), Centro Juridico e Direitos Humanos (LHRC), Rede de coordenação da ONG de genero (NGO-GCN), Oxfam GB, Pessoas que opoem o abuso das Mulheres (POWA), Irma Namibia, Iniciativa Estrategica para o Corno da Africa), Iniciativa da Criança de Amanha (TCI), Rede das Milheres de Uganda (UWONET), Uniao Nacional das Mulheres de Djibouti, A Voz das Mulheres, Centro dos Direitos Humanos da Universidade de Pretoria, Women Direct, Rede de Paz das Mulheres da Libéri (WOLPNET), Mulheres na Lei e desenvolvimento em Africa (WiLDAF), Mulheres e Lei na Africa Austral (WLSA), e o Avanço dos Direitos das Mulheres e as Alternativas de Protecção (WRAPA) .

SOAWR LOBBYING DE RATIFICAÇÃO NO QÚENIA

A COVAW em coordenação com a Equality Now, FIDA-K, FEMNET e Oxfam GB intensificaram o esforço de garantir a ratificação do Qúenia segundo o artigo escrito pelo ministro da justiça que apareceu nos jornais locais alegando que Qúenia não retificaria o Protocolo. Os membros da coligação estão trabalhando juntamente com a ministra dos assuntos da mulher que já demonstrou o compromisso de finalizar a ratificação antes de acolherem o lançamento da Década da Mulher Africana (2010-2010) em Outubro de 2010.

**LHRC REALIZA
CONSULTAÇÕES COM
SOBRE AS LEIS DESCRIMATÓ
NA TANZANIA**

Durante o seu discurso de orçamento, o ministro da Justiça e Assuntos Constitucionais, Sua Excelência Mathias Meinrad Chikawe, disse que o governo está pronto emendar todas as leis que oprimem as mulheres durante o ano financeiro 2010-2011. O ministério já pos aparte para facilitar o processo. Subsequentemente, o Centro Legal e dos Direitos Humanos-Tanzania (LHRC) convocou uma reunião para 10 mulheres do nível Nacional oriundo das organização dos Direitos Humanos para discutir acerca da situação dos direitos da mulher na Tanzania, especialmente uma análise das provisões legais não favoáveis aos direitos da mulher foi discutido. Os participantes nomearam um grupo de pessoas para analisar todas as leis domésticas. O grupo identificou 14 leis em

que as provisões serão estudados e analisados e emendados, Portanto incluem as leis de casamento, emprego, cidadania, financiamento para a compra de casa, educação e

**FORMAÇÃO DOS
OFICIAIS DA POLÍCIA
PELO LHRC**

No esforço de melhorar a implementação das leis nacionais de acordo com as provisões do Protocolo, LHRC realizou uma formação de formadores por dois dias para 53 oficiais da polícia (33 mulheres e 20 homens) da Região chamada Mara. Os participantes treinamento dos 53 officias da polícia, sendo (33 mulhres e 20 homens) da Mara region. Os participantes receberam o treinamento para disseminarem a informação do Protocolo a seus colegas nas respectivas estações de trabalho. Os participantes comprometeram-se compartilhar com seus colegas aquilo que eles aprenderam.